



Relatório de Controlo do Exercício de Direitos de Voto do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido

Ano de 2022

Em cumprimento do disposto no artigo 2.º da Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de maio, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, é elaborado o presente relatório que descreve a forma como foi exercido pelo Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido, durante o ano de 2022, o direito de voto nas sociedades emitentes de valores mobiliários que integram o respetivo património.

Durante o ano de 2022, realizou-se apenas uma assembleia geral em que o Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido (“FPBD”) poderia participar, relativa à NOVENERGIA II – Energy & Environment (SCA) SICAR (“NovEnergia II”). A referida assembleia geral realizou-se no dia 20 de julho de 2022.

A referida assembleia geral destinou-se somente à tomada de conhecimento, pelos acionistas, sobre o estado do procedimento de liquidação da NovEnergia II, não conferindo aos participantes direito a voto nos temas incluídos na ordem de trabalhos.

O FPBD fez-se representar na referida assembleia geral, participando através de videoconferência.

Para cumprimento do disposto no número 4 do artigo 26.º-I do Código dos Valores Mobiliários, informa-se que o Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido não detém ações negociadas em mercados regulamentados, diretamente ou através de um intermediário financeiro que preste serviços de gestão de carteiras, antes investindo em instrumentos de ações negociadas em mercados regulamentados por via de organismos de investimento coletivo, como por exemplo *exchange-traded funds* (ETF) de gestão passiva, ou contratos de futuros sobre índices de ações.

Em face do exposto, não são aplicáveis ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido as obrigações previstas nos números 1 a 3 do artigo 26.º-I do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 17 de janeiro de 2023